



**GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS**

**SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E  
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL**

**SUPRAM NOROESTE DE MINAS - Diretoria Regional de  
Regularização Ambiental**

Parecer Técnico SEMAD/SUPRAM NOROESTE-DRRA nº. 158/2023

Unaí, 17 de outubro de 2023.

<b>Parecer Técnico de Licença Ambiental Simplificada (RAS)    SEI Nº 75278840</b>			
<b>PROCESSO SLA Nº:</b> 2097/2023		<b>SITUAÇÃO:</b> Sugestão pelo Deferimento	
<b>EMPREENDEDOR:</b> Município de Arinos		<b>CNPJ:</b> 18.125.120/0001-80	
<b>EMPREENDIMENTO:</b> Município de Arinos		<b>CNPJ:</b> 18.125.120/0001-80	
<b>MUNICÍPIO:</b> Arinos/MG		<b>ZONA:</b> Rural	
<b>CRITÉRIO LOCACIONAL INCIDENTE:</b> · Não há incidência de critério locacional.			
<b>CÓDIGO:</b>	<b>ATIVIDADE OBJETO DO LICENCIAMENTO (DN COPAM 217/2017):</b>	<b>CLASSE</b>	<b>CRITÉRIO LOCACIONAL</b>
F-05-18-0	Aterro de resíduos da construção civil (classe "A"), exceto aterro para fins de terraplanagem em empreendimento ou atividade com regularização ambiental, ou com a finalidade de nivelamento de terreno previsto em projeto aprovado da ocupação	2	0
<b>CONSULTORIA/RESPONSÁVEL TÉCNICO:</b>		<b>Matrícula /Nº ART ou equivalente</b>	
Daniel Diniz Carneiro		CREA: MG 25801/D/20232324005	
<b>AUTORIA DO PARECER</b>	<b>MATRÍCULA</b>	<b>ASSINATURA</b>	
Ledi Maria Gatto Analista Ambiental	365472-0	Assinado Eletronicamente	
Ivo dos Reis Quintal de Brito	1368459-2	Assinado Eletronicamente	

Larissa Medeiros Arruda Diretora Regional de Regularização Ambiental	1332.202-9	Assinado Eletronicamente
--	------------	--------------------------



Documento assinado eletronicamente por **Ledi Maria Gatto Oppelt, Servidor(a) Público(a)**, em 17/10/2023, às 14:31, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Ivo dos Reis Quintal de Brito, Servidor(a) Público(a)**, em 17/10/2023, às 14:47, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Larissa Medeiros Arruda, Diretor (a)**, em 17/10/2023, às 14:54, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.mg.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **75277863** e o código CRC **D64C7B18**.



Parecer Técnico de Licença Ambiental Simplificada (RAS)			
PROCESSO SLA Nº: 2097/2023		SITUAÇÃO: Sugestão pelo Deferimento	
EMPREENDEDOR: Município de Arinos		CNPJ: 18.125.120/0001-80	
EMPREENDIMENTO: Município de Arinos		CNPJ: 18.125.120/0001-80	
MUNICÍPIO: Arinos/MG		ZONA: Rural	
CRITÉRIO LOCACIONAL INCIDENTE: <ul style="list-style-type: none"><li>• Não há incidência de critério locacional.</li></ul>			
CÓDIGO:	ATIVIDADE OBJETO DO LICENCIAMENTO (DN COPAM 217/2017):	CLASSE	CRITÉRIO LOCACIONAL
F-05-18-0	Aterro de resíduos da construção civil (classe "A"), exceto aterro para fins de terraplanagem em empreendimento ou atividade com regularização ambiental, ou com a finalidade de nivelamento de terreno previsto em projeto aprovado da ocupação	2	0
CONSULTORIA/RESPONSÁVEL TÉCNICO:		Matrícula /Nº ART ou equivalente	
Daniel Diniz Carneiro		CREA: MG 25801/D/20232324005	
AUTORIA DO PARECER		MATRÍCULA	ASSINATURA
Ledi Maria Gatto Analista Ambiental		365472-0	Assinado Eletronicamente
Ivo dos Reis Quintal de Brito		1368459-2	Assinado Eletronicamente
Larissa Medeiros Arruda Diretora Regional de Regularização Ambiental		1332.202-9	Assinado Eletronicamente



### **Parecer Técnico de Licença Ambiental Simplificada (RAS)**

O empreendimento da Prefeitura Municipal de Arinos atuará no ramo de destinação final de resíduos sólidos de construção civil, exercendo suas atividades no município de Arinos/MG. Em 14/09/2023, foi formalizado através do Sistema de Licenciamento Ambiental - SLA, o processo de licenciamento ambiental simplificado na modalidade de LAS/RAS nº 2097/2023, via Relatório Ambiental Simplificado (RAS).

A regularização requerida trata-se de nova solicitação de licença ambiental do empreendimento com classe resultante 2, sem nenhum critério locacional incidente, para uma capacidade que será instalada de 150 m³/dia. Portanto de acordo com a DN 217/2017, pode ser regularizado com a modalidade de Licenciamento Simplificado- LAS/RAS.

A área total do imóvel rural é de 3,0235 hectares, conforme o CAR MG-3104502-8809.79AF.F31F.C19B.70EE.F330.9AE2.2572, chamada Fazenda Ipoeira. O proprietário, Gilmar Rocha Durães, concedeu anuência à Prefeitura de Arinos para operação do empreendimento.

O empreendimento está dispensado de constituir Reserva Legal, de acordo com a Lei Estadual N° 20.922/2013, Art. 25 § 2º, I.

A avaliação da adequabilidade do local de instalação levou em consideração os seguintes critérios: topografia, geologia e tipos de solos existentes, declividade, permeabilidade, recursos hídricos, vegetação, vida útil e distância mínima a núcleos populacionais ocorreu por meio de um levantamento in loco.

Serão utilizados 01 caminhão caçamba, 01 trator e uma pá carregadeira. Toda manutenção ou algo do tipo, será feito fora desta área, no galpão e oficina da Prefeitura Municipal. Não haverá armazenagem de combustível no empreendimento.

O Uso da Água será pela rede pública, serão levados Galões de Água Mineral pra consumo humano, e se houver necessidade pra outra demanda será levado para o local em Caminhão Pipa. Será instalado um banheiro químico no local, sendo que será utilizado por no máximo 02 pessoas no dia de demanda.

Para o controle de material particulado resultante da operação do aterro, será umidificado pelo caminhão-pipa, quando necessário, desta forma diminuindo a poeira no local de trânsitos das máquinas e utilitários.

#### **Da segregação dos resíduos de construção civil:**

Nesta fase deve-se prever a triagem dos resíduos, e, ainda, quais resíduos demandam uma separação exclusiva. A segregação é indispensável pois facilita as etapas subsequentes, considerando que este trabalho é realizado diretamente na fonte de geração, retirando a necessidade de uma segregação posterior, possivelmente mais onerosa. Além disso, há um ganho de tempo no envio dos resíduos aos seus tratamentos e destinação final. Os Resíduos Classe A vão ser segregados dos demais. Já para os que não caracterizam com esta classe, serão separados e encaminhados para a Usina de Reciclagem no Município, para o Tratamento e destinação final, sendo que em razão das suas características, apresentam significativo risco à saúde pública ou à qualidade ambiental, devido a essas características, estes resíduos devem ser separados dos resíduos de Construção Civil Classe A.



### **Mão de obra**

01 Operador de Pá Carregadeira, 01 Tratorista, 01 Motorista de caçamba e 01 pessoa da secretaria de meio ambiente pra fiscalizar e acompanhar toda a logística.

Sobre o regime de operação, a depender da demanda de volume de restos de construção civil que for gerada na Zona Urbana do Município, mas sempre em horários comerciais, conforme legislação trabalhista.

### **Da destinação final dos Resíduos da construção civil:**

A distribuição final dos resíduos da construção civil será realizada observando normas operacionais específicas de modo a evitar danos ou riscos à saúde pública e à segurança e a minimizar os impactos ambientais adversos. Por meio da Resolução CONAMA nº 307 de 2002, a destinação final desses resíduos neste local será apenas os que pertencem à Classe A de construção civil. Esses resíduos vão ser depositados em uma vala para que sejam aterrados, e os Resíduos não caracterizados como construção civil classe A, serão todos enviados para a usina de coleta seletiva do município, sempre levando-se em conta a garantia da saúde e segurança das pessoas.

### **Possíveis Impactos/Medidas Mitigadoras**

Resíduos Sólidos não classificados como Classe A/ Serão destinados para a Usina de recicláveis do Município para ter sua destinação final.

Impacto Visual na paisagem/ Assim que as valas estiverem preenchidas, haverá o recobrimento e plantio de gramíneas.

Águas Superficiais/ Segundo o relatório apresentado não ocorrerá impacto.

Risco de Erosão/ Implantação de sistema de drenagem pluvial (Condicionante 03)

### **Monitoramento**

A implementação, operacionalização e monitoramento no aterro, incluído o controle da disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos, terá como responsável a Equipe de Limpeza Urbana, onde será coordenado pelo chefe da limpeza dessa forma contribuindo e fiscalizando todo esse processo, o mesmo manterá atualizadas e disponíveis ao órgão municipal competente, ao órgão licenciador e outras autoridades, informações completas sobre qualquer imprevisto acontecido no local.

### **Procedimentos operacionais**

As normas, os procedimentos e as instruções ambientais a serem adotadas a toda equipe da limpeza Urbana, desde a coleta até a destinação final, tem por objetivo indicar as linhas básicas de conduta e de operação dos colaboradores para a correta segregação, identificação, acondicionamento, transporte interno, armazenamento temporário e destinação final ambientalmente adequada dos resíduos que não sejam caracterizados como resíduos classe "A" da construção civil assim como seu manuseio e movimentação, conforme observamos nos tópicos abaixo:



- Resíduos Não Caracterizados: Será feito um monitoramento na chegada desses resíduos, para que seja feita uma vistoria, tendo outro tipo de resíduos, como, doméstico e outros tipos de resíduos que não se enquadra neste aterro, o mesmo será encaminhado para destinação final a Usina de Coleta Seletiva do Município.

- Resíduos Caracterizados após vistoria: assim sendo liberados esses resíduos de construção civil serão depositados em uma vala neste aterro, e sempre que completa serão aterradas.

- Transporte: Os procedimentos de transporte desses resíduos são baseados nos procedimentos instituídos pelo Município. Em função da quantidade dos resíduos, o transporte até o local do aterro será realizado mecanicamente, sendo utilizado, trator com carreta e caminhão caçamba.

O Município adotará ainda, segundo o RAS, um sistema de controle e qualidade do processo para minimizar riscos de acidentes e controle ambiental, com programas de treinamento para os operadores e demais envolvidos, onde serão feitas também reuniões quinzenais com os colaboradores que serão sempre orientados quanto a maneira correta de identificar, transportar e destinação final correta dos resíduos de construção civil

Cita-se, ainda, que os impactos ambientais relevantes identificados e registrados no RAS e levantados pela equipe técnica são passíveis de monitoramento e mitigação, fato este que corrobora para o posicionamento técnico favorável à concessão da licença ambiental pleiteada.

Em conclusão, com fundamento nas informações constantes do Relatório Ambiental Simplificado (RAS), sugere-se a concessão da Licença Ambiental Simplificada ao empreendimento "Município de Arinos", com capacidade de recebimento de 150 m<sup>3</sup>/dia somente de resíduos sólidos oriundos da construção civil Classe A, no município de Arinos/MG, pelo prazo de 10 anos, vinculada ao cumprimento das condicionantes estabelecidas no anexo neste parecer, bem como da legislação ambiental pertinente, ouvida a Superintendência Regional de Meio Ambiente Noroeste de Minas.



## ANEXO I

### Condicionantes para Licença Ambiental Simplificada do empreendimento Município de Arinos

Item	Descrição da Condicionante	Prazo*
01	Executar o Programa de Automonitoramento, conforme definido no Anexo II.	Durante a vigência da Licença
02	Apresentar comprovação do término da instalação do empreendimento, no prazo máximo de 06 (seis) anos, por meio de relatório técnico descritivo e fotográfico da efetiva implantação dos sistemas de controle ambiental.	120 dias após a conclusão da instalação
03	Comprovar, por meio de relatório técnico fotográfico, a adequação da drenagem pluvial.	Antes do início da operação
04	Apresentar anualmente relatório técnico fotográfico que comprove a implantação e execução das ações propostas nos programas, planos e projetos apresentados com respectiva Anotação de Responsabilidade Técnica – ART.	Durante a vigência da Licença

## ANEXO II

### Programa de Automonitoramento para o empreendimento Município de Arinos

#### 1. Resíduos Sólidos e Rejeitos

##### 1.1 Resíduos sólidos e rejeitos abrangidos pelo Sistema MTR-MG

Apresentar, **semestralmente**, a Declaração de Movimentação de Resíduo – DMR, emitida via Sistema MTR-MG, referente às operações realizadas com resíduos sólidos e rejeitos gerados pelo empreendimento durante aquele semestre, conforme determinações e prazos previstos na Deliberação Normativa Copam 232/2019.

Prazo: seguir os prazos dispostos na Deliberação Normativa Copam nº 232/2019.

##### 1.2 Resíduos sólidos e rejeitos não abrangidos pelo Sistema MTR-MG

Apresentar, **semestralmente**, relatório de controle e destinação dos resíduos sólidos gerados conforme quadro a seguir ou, alternativamente, a DMR, emitida via Sistema MTR-MG.

Prazo: seguir os prazos dispostos na DN Copam 232/2019.

RESÍDUO				TRANSPORTADOR		DESTINAÇÃO FINAL			QUANTITATIVO TOTAL DO SEMESTRE (tonelada/semestre)			OBS.
Denominação e código da lista IN IBAMA 13/2012	Origem	Classe	Taxa de geração (kg/mês)	Razão social	Endereço completo	Tecnologia (*)	Destinador / Empresa responsável		Quantidade Destinada	Quantidade Gerada	Quantidade Armazenada	
							Razão social	Endereço completo				

(\*)1- Reutilização

6 - Co-processamento

1 – Reciclagem

2 - Aterro sanitário

3 - Aterro industrial

4 - Incineração

7 - Aplicação no solo

8 - Armazenamento temporário  
(informar quantidade armazenada)

9 - Outras (especificar)





### **Observações**

- O programa de automonitoramento dos resíduos sólidos e rejeitos não abrangidos pelo Sistema MTR-MG, que são aqueles elencados no art. 2º da DN 232/2019, deverá ser apresentado, semestralmente, em apenas uma das formas supracitadas, a fim de não gerar duplicidade de documentos.
- O relatório de resíduos e rejeitos deverá conter, no mínimo, os dados do quadro supracitado, bem como a identificação, registro profissional e a assinatura do responsável técnico pelas informações.
- As doações de resíduos deverão ser devidamente identificadas e documentadas pelo empreendedor.
- As notas fiscais de vendas e/ou movimentação e os documentos identificando as doações de resíduos deverão ser mantidos disponíveis pelo empreendedor, para fins de fiscalização.



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS  
Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável  
Subsecretaria de Regularização Ambiental  
Superintendência Regional de Meio Ambiente Noroeste de Minas

SLA: 2097/2023  
16/10/2023  
Pág. 8 de 8